



**Nossa Vitória não será por acidente!
(ou Nóiz vai fala pra quem concorda ou pra quem precisa?)**

Não tenha medo em dizer que tu é preto.
Não tenha espanto em dizer que tu é branco.
Não seja omissivo em dizer que tu é índio.
Nos toca-discos corre sangue nordestino.
Antigamente quilombos, hoje periferia.
O esquadrão zumbizando as origens.
Somos filhos de uma terra sagrada.
Qualquer periferia,
qualquer quebrada
é um pedaço d'África

(Periafricana/Brasileiroz)

O ano de 2014 cumpriu o papel de ser o balanço de pouco mais de uma década de mudanças no Brasil. Se o século XXI começou para nós, povo negro, com a luta pela demarcação de “500 anos de Brasil” da resistência ao racismo econômico, político e social - quando manchamos com sangue e suor a festa organizada pela Rede Globo e por FHC, o ano de 2014 foi um ano de balanço sobre o combate ao racismo, com avaliação sobre nossas alianças, seus limites e sobre as políticas públicas, a identificação dos desafios e a difícil tarefa de refundarmos o Estado brasileiro nos marcos do antirracismo.

Para nós do Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER, as manifestações que ocuparam as ruas dos grandes centros ocorridas em 2014 revelaram mais um grito de resistência em meio aos criminosos índices dos casos de violência contra o povo negro. Os dados que apontam 82 mortes por dia de jovens negros (média de 7 à cada hora) vítimas de homicídios, os elevados índice de encarceramento e o sentimento de impunidade diante deste quadro levou milhares de pessoas às ruas de quase todos os estados brasileiros.

Das campanhas #OndeEstáAmarildo, #SomosTodosClaudia à II Marcha (Inter) Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro; da Chacina de Belém, o desaparecimento de Davi Fiuza à morte de figuras públicas como o dançarino carioca DG, os protestos foram intensos.

O nosso levante não foi isolado e somou-se aos protestos de rua nos Estados Unidos pelos casos “Garner” “Gurley”; no México contra o desaparecimento de 43 jovens vítimas das forças oficiais; ou em Moçambique, onde mulheres marcharam e aprovavam um novo Código Penal que legalizou o aborto.

Avaliamos que este cenário foi distinto das mobilizações protagonizadas por uma parcela da juventude brasileira em junho de 2013, que reivindicaram o alargamento da democracia com o mote de mais participação, direitos sociais e o fim da corrupção. O acúmulo de 2013 não resultou em avanços no curto prazo para a juventude negra, que naquele momento e ainda hoje luta às margens dos holofotes da mídia empresarial, nas periferias das grandes e pequenas cidades, pelo direito básico permanecermos vivos/as frente às ofensivas reacionárias da burguesia que recrudescem todo dia o racismo. Racismo que não tolera que nós, população negra, usufrua das conquistas, que, mesmo limitadas, foram fruto de nossa luta incessante por um Brasil diferente e de nossa opção política em eleger os governos democráticos e populares. Garantimos, em voto e força de trabalho, as transformações que vivemos nestes últimos 12 anos. Mas se não vivermos, como continuaremos vivenciando-as?

É inegável o avanço configurado nas 28 milhões de pessoas tiradas da extrema pobreza entre 2003 e 2013 - em sua maioria, negras; que o aumento de 52% das famílias brasileiras saindo da subnutrição encontram-se majoritariamente em nossas comunidades, assim como a lei de cotas sócio-raciais nas universidades públicas começaram a alterar a correlação de forças na formação de uma contra-hegemonia no interior da academia.

Contudo, esses números representam um paradoxo, quando comparados à quantidade de mortes entre 2004 e 2007 no país, o qual superou as 12 maiores

áreas de conflito no mundo (países em conflito 170 mil mortes X Brasil 192 mil mortes).

O Brasil é um dos países que mais matam no mundo, e assassina principalmente sua população negra e jovem. Esta afirmação advém apenas de dados públicos, o que significa dizer que os casos não investigados como os “autos de resistência”, o aborto ilegal e inseguro e a homofobia aumentam, de modo incomensurável, esses números.

Eleições 2014 e suas contradições

Pode colar mais sem arrastar,
Se arrastar favela vai cobrar

(Mc Criolo)

Os limites apresentados na gestão das contradições entre políticas de Governo e projetos de Estado são nítidas quando tratamos do combate ao racismo. Se de um lado os últimos governos construíram políticas sociais de cunho generalista para o empoderamento o povo – em sua maioria negra - de outro este movimento está longe de representar uma ruptura de valores com a lógica racista e genocida do projeto até então hegemônico de Estado.

Um exemplo desta contradição foi apontado nas eleições presidenciais de 2014. Dois projetos em disputa. Um pautado pelos avanços econômicos com transferência de renda e políticas sociais e outro de caráter privatista, com um projeto de Estado mínimo e nenhuma soberania nacional. À primeira vista, parecia fácil distinguir o que era um projeto de muitos, do povo brasileiro na sua diversidade e necessidade, e o que era um projeto nítido da burguesia. Porém, ambos continham semelhanças em suas estruturas, representadas principalmente na manutenção dos privilégios históricos assegurados a determinados setores (e atores) da nossa sociedade, assim como na concepção da política de segurança pública, muito relacionada à intensificação

do policiamento (fortalecimento das Polícias). Estas compreensões retrógradas terminam por jogar os dois projetos em uma vala comum.

O resultado foi um governo reeleito com forte apoio das esquerdas e das diferentes correntes do campo democrático e popular, cuja gestão terá que coexistir com a composição ultraconservadora do parlamento eleito, e a “base aliada” mais infiel das últimas décadas.

Em que pese à autonomia da Presidenta Dilma para montar uma equipe compromissada com os valores assumidos com o campo político que a elegeu (em especial no segundo turno das eleições com destaque para a gestão das políticas macroeconômicas), a nova equipe ainda reflete a manutenção de privilégios, que empodera quadros homens e brancos, o que consiste em uma redução da expectativa de transformação demandada pelas mulheres e pelo povo negro.

Passamos mais de cinco séculos fora da direção das políticas do Estado brasileiro, sem perspectiva de ascensão. O ascenso das forças progressistas não têm sido muito eficazes no combate ao racismo institucional, que foi/é o principal articulador de projetos como a faxina étnica protagonizada pelas Polícias (sobretudo a Militar, que tem, ironicamente, a relação mais próxima com a sociedade civil) e o embranquecimento étnico e cultural do nosso povo, cujo objetivo mais cruel é neutralizar, invisibilizar, e a mancha da escravidão em nossa história, ao invés de se responsabilizar por elas. Avaliamos que é preciso mais coragem e solidariedade para diluir estes mecanismos que enviesaram a formação da cultura brasileira, da política, das organizações e da sociedade civil, estruturando o Racismo tal como ele é hoje, enraizado.

Neste novo século, vivemos a tentativa de reconhecimento institucional da nossa realidade histórica, acumulada principalmente pelo Movimento Negro. Contudo, o projeto de reparação racial com vias à construção de igualdade, para nós significa principalmente uma efetiva ruptura dos privilégios das elites brancas de direita e de esquerda, pavimentando as bases essenciais para a construção de uma nova cultura política em nossa sociedade.

A conjuntura nos aponta que a tarefa de derrotar o racismo não será fácil! Como jovens negros e negras que atuam em diversas frentes, da escolas às universidades, dos terreiros de candomblé às associações de bairros populares, das fábricas aos muros de grandes e pequenas cidades, nos sambas, nos afoxés, no Hip Hop; das biqueiras aos escritórios de governo, apresentamos nossas avaliações e nos instrumentalizamos, pois diante de tamanha contradição estamos convictos que só a luta trará transformações.

Violência: principal elemento desarticulador da nossa emancipação

“De 2002 a 2011, a participação de jovens negros no total de homicídios no país se eleva de 63% para 76,9%, enquanto que a participação de jovens brancos decresce de 36,7% para 22,8%”

(Mapa da Violência de 2013)

Para o povo negro, o trajeto entre a escravização na formação do Brasil e a exclusão social desenvolvida desde o período “pós-escravagista”, causou danos, foi violento, deixou marcas. Modelos violentos nas relações de trabalho, educação, saúde, comunicação, relações interpessoais, fecharam as portas e toda e qualquer forma de intervenção negra na sociedade. Vivemos em constante estado de violência objetiva e subjetiva: policial, jurídica, midiática, obstétrica, política; da precarização do trabalho à educação punitiva. Se há uma coisa que o povo negro se especializou em fazer neste país, foi resistir bravamente às arbitrárias formas de violência que vivenciamos no cotidiano.

O racismo, ideologia responsável pela perpetuação destas “violências”, legitima discursos, normas e leis que têm na política de Segurança Pública a fórmula quase perfeita de manter negras e negros domesticados e fora da zona de contato social. Falamos em “quase”, porque a violência racial não contou com nossa capacidade em carregar nossos mortos como bandeiras de luta.

Desde a lei da vadiagem criada em 1890 para conter o direito de circulação dos ex-escravizados, passando pela ofensiva dos estados nacionais aos quilombos

dos Palmares e do Urubu, por exemplo – nosso povo é criminalizado. A própria estrutura/concepção da Polícia - criada em 20 de Novembro de 1530 e oficializada em 1808 - nasceu da demanda da burguesia branca por proteção de “suas” terras e bens contra índios e negros.

Na contemporaneidade, as estruturas de criminalização do nosso povo são reproduzidas, ressignificadas e aperfeiçoadas. No passado, os negros aquilombados, ex-escravizados e adeptos às religiões de matriz africana eram os alvos; hoje, são os/as moradores dos bairros populares, jovens em sua maioria, a “bola da vez”. Esta dinâmica programática de nos eliminar enquanto grupo étnico-social, denominamos “extermínio da juventude negra” – ação orquestrada pela segurança e justiça brasileira, sob o discurso de promoção da ordem e da segurança de nossa população: mais uma contradição.

Segurança para quem?

E poderá acontecer com qualquer um
Comigo ou com você
Pois quem governa, põe atrás da cela
Qualquer um que representa quem faz pela favela
Iguar Nelson Mandella

(509-E)

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública não nos deixam mentir. A cada 10 minutos uma pessoa é assassinada no país: em 2013, foram contabilizadas 53.646 mil mortes violentas (vítimas de homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte).

Apesar da 8ª edição do anuário brasileiro de Segurança Pública não trazer números exatos sobre o percentual de assassinatos entre negros e brancos, a média de mortos negros é 30,5% maior que a de brancos, revelando que os negros são as principais vítimas. Os órgãos internacionais diagnosticam que estes níveis são de ordem epidêmica. No estado de Alagoas, a violência é equivalente à cidade de El Salvador, a segunda cidade mais violenta do

mundo. Por sua vez, o discurso racista ousa afirmar que estes números são reflexos do próprio comportamento negro, a exemplo da conhecida afirmação: “negros matando negros”. Porém, os dados deste anuário também mostram o nível da letalidade policial, que entre 2009 a 2013 matou o equivalente ao que as polícias dos Estados Unidos mataram em 30 anos (11.197 assassinatos no Brasil contra 11.090 nos EUA).

Além do argumento óbvio pela preservação da vida, identificamos que esta política de extermínio vem sendo onerosa aos cofres públicos. Em 2013, o Estado brasileiro investiu 258 bilhões em segurança pública, prisões e unidades de medidas socioeducativas, o equivalente a mais ou menos que 5,4% do PIB brasileiro. Destes números, destacam-se os 114 bilhões relativos a gastos com mortes. O Brasil levou dez anos para alcançar a meta da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, de 5,4% do PIB em investimento na Educação, e em apenas um ano, movimentou este mesmo montante para a Segurança Pública genocida que temos. O questionamento que fica é: **Vale a pena tanto investimento para consolidar um projeto racista?**

Começamos 2015 ainda mais convencidos que combater a violência racial é levar a cabo iniciativas que diminuam a ação das polícias nas comunidades periféricas e introduzam políticas sociais. O combate à violência tem como premissa o entendimento pleno da dimensão racial no desenho social. Esta compreensão global do combate à violência é o que deve impulsionar a execução do Plano Juventude Viva.

O Plano compreende o enfrentamento da violência por meio de políticas públicas concebidas e viabilizadas a partir da articulação interministerial (Justiça, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, MDS, SEPPIR, SDH e Esporte) e intra-federativa (envolvendo união, estados e municípios), para prevenção e redução da vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica, a partir do fortalecimento e acesso à Direitos sociais. Ele tem como principal marco a construção de uma agenda de enfrentamento à naturalização e banalização da cultura de violência contra jovens negros, como uma alternativa de enfrentamento ao racismo institucional.

Contudo, os principais desafios desta política estão nos próprios limites que o racismo institucional nós impõem, que restringe a execução do Plano à recursos limitados, equipes insuficientes, ações descoordenadas às especificidades de cada um dos 142 municípios prioritários, e um pacote de projetos/programas muitas vezes extemporâneo. A articulação interministerial também apresenta fragilidades, principalmente quando questões centrais como a discussão da violência policial e a formulação de uma nova política de drogas - que não criminalize jovens negros - não têm centralidade nas agendas comuns dos ministérios envolvidos.

É verdade que o PJV não se predispõe em acabar com a violência policial legitimada (e justificada) pelo discurso de guerra às drogas. Acima de tudo, o PJV trabalha com a promoção de direitos. Estes temas, entretanto, precisam ser reconhecidos e fortalecidos. Entendemos que, institucionalmente, o Plano tem ampla capacidade de impulsionar uma disputa que encare o cerne da questão com o protagonismo devido. Investigar os “autos de resistência”, promover a desmilitarização das polícias e o fim do serviço militar obrigatório com vias à desmilitarização da sociedade, discutir uma nova política de drogas pautada na redução de danos, na humanização dos usuários/as e na descriminalização e legalização das drogas, devem estar no rol das tarefas objetivas deste Plano.

Estamos avançando com as mobilizações em torno da aprovação do Projeto de Lei (PL) 4471/2012, que altera o Código de Processo Penal e prevê a investigação das mortes e lesões corporais cometidas por policiais durante o trabalho “autos de resistência”. Até o momento, única movimentação transversal ao PJV, que contempla parte da pauta que apresentamos como central. Intensas mobilizações foram feitas em Brasília nos meses de Novembro e Dezembro de 2014, infelizmente, ainda com poucos resultados.

O Plano Juventude Viva deve compreender a situação do aborto ilegal e inseguro como uma dimensão do extermínio da juventude negra. No Brasil, acontecem cerca de um milhão de abortos provocados e 250 mil internamentos para tratamento de complicações pós-abortamento. Mulheres de todas as classes sociais buscam no aborto soluções para situações extremas, porém as

principais vítimas de complicações e morte têm classe e raça definidas. São as mulheres negras, pobres e jovens, que constituem maioria no cenário de uma morte a cada dois dias, em decorrência do aborto ilegal e inseguro. A descriminalização e legalização do aborto, com subsídio do Sistema Único de Saúde – SUS – devem estar incluídas na atuação do PJV. Precisamos encarar de frente a objetividade desta pauta.

Incompatibilidade do atual modelo de segurança pública e da política de drogas com um Estado Democrático de Direito

Em cada morro uma história diferente
Que a polícia mata gente inocente
E quem era inocente hoje já virou bandido

(Chico Science e Nação Zumbi)

É certo que o povo negro vive na pele as violências cotidianas nas mais variadas dimensões, porém o discurso da violência tem dois sentidos importantes a serem detalhados: o discurso que legitima projetos que beneficiam poucos, e a ação concreta, que tem impacto na vida de milhares de pessoas.

Sobre o sentido concreto, já falamos dos assassinatos motivados pela atuação desastrosa das polícias. Quanto ao discurso legitimador, é importante aprofundar o debate a cerca das armadilhas criadas para que possamos confundir segurança com criminalização de territórios, pessoas e substâncias. É neste último aspecto que chamamos atenção para o discurso da “guerra as drogas”.

Na modernidade, o imaginário da população mundial é orientado pela aversão a algumas substâncias psicoativas. A construção do medo e do argumento da “imoralidade” em torno do uso de drogas transformadas em ilegais, não por acaso, se fundamenta na associação destas substâncias às comunidades que faziam uso delas.

Se é verdade que a história da humanidade é acompanhada pela história do uso de psicoativos, como releva a vasta bibliografia historiográfica no tema, por quais razões certas “drogas” se tornaram inimigas de Estados, alvo de combate sistêmico e ostensivo, e passaram à ilegalidade?

Um dos principais marcos do proibicionismo no mundo foi a recente política de “guerra as drogas” criada pelos governos Nixon e Reagan - então presidentes dos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70 do séc. XX. A resposta à esta política equivocada foi o aumento estratosférico da população carcerária daquele país, majoritariamente negra.

O discurso em torno do tráfico de drogas vem legitimando incursões policiais em periferias das grandes e pequenas cidades, expondo territórios inteiros ao terrorismo das operações especiais - BOPE, PETO, ROTA e outras – com o curioso perfil de barrar o comércio das drogas ilegais no varejo e raramente autuar os grandes atacadistas. Esse movimento leva a produção de muitas mortes negras em cada incursão “mal sucedida” e engrossa os números de assassinatos no país.

Não foi à toa que nosso país tão rapidamente aderiu à moda estadunidense e sancionou a “guerra às drogas” em 1991. O Brasil foi o primeiro país do mundo a criminalizar a maconha, em 04 de outubro de 1830, no Rio de Janeiro. O “pito de pango” como a substância era conhecida, foi proibido e o apelo para esta legislação estava ligado diretamente ao uso da maconha pelos negros escravizados nos morros da cidade, duramente acoitados por policiais que combatiam o “ócio” negro. O país também foi palco da proliferação de teorias da Escola Criminológica Positivista, que projetava no homem negro o perfil criminoso, tendo um dos seus maiores adeptos no professor Cesare Lombroso. A partir destas teses foram construídas bases de sustentação para que desde o fim do século XIX a criminalização do/a negra fosse feita com a legitimidade da ciência e com a autoridade da força do Estado.

Portanto, de acordo com a história e com os números atuais, a “guerra às drogas” é, na realidade, um subterfúgio para esconder a guerra que o Estado faz contra pessoas, serve para criminalizar a pobreza e os territórios, formando

uma cadeia que se retroalimenta através da mídia burguesa, do conservadorismo social e do racismo institucional. Uma grande mentira que contada muitas vezes vai se tornando uma verdade.

Além de causar dor, a guerra também causa gastos, assemelhando-se muito - por óbvio - com os gastos em segurança pública. Estimasse que por ano se gasta mais de 400 bilhões de dólares com as políticas antiproibicionista, que nem de longe levam em consideração a política de saúde e prevenção. Ao contrário, suja de sangue as mãos do Estado e contribui significativamente para o aumento da população carcerária brasileira.

Entre 2012 a 2013 o discurso do tráfico de drogas foi o segundo maior fator de encarceramento no país, e nos últimos 12 anos a população carcerária feminina aumentou 256%, sendo mais da metade desta população prisional mulheres acusadas por tráfico de drogas.

É evidente que o sistema prisional vigente, que engloba penitenciárias e medidas socioeducativas, está em colapso. Foram 574.207 mil pessoas encarceradas em 2013: 40,1% são presos provisórios, aguardando julgamento. Apesar dos números alarmantes que colocam o Brasil na posição de terceira maior população carcerária do mundo, de 2012 a 2013, o déficit de vagas nos presídios cresceu 9,8%, chegando a 220.057 vagas faltantes!

A população negra é principal vítima do sistema carcerário. Os dados do Departamento Penitenciário Nacional - Depen, vinculado ao Ministério da Justiça, mostram que dentre as pessoas em situação prisional, 93,92% são homens, 50,88% têm entre 18 e 29 anos e 57,21% são pretos ou pardos. Na relação entre brancos, os negros são 18,4% mais encarcerados, e este movimento segue uma lógica de “em não sendo morto nos confrontos policiais, o negro certamente será preso”.

O sistema penitenciário é hoje dos principais mecanismos de violação de direitos humanos, fruto da equivocada política de segurança pública e da “guerra às drogas”. Neste sentido, reforçamos as propostas de desmilitarização e unificação das Polícias Militar e Civil, com vias a construção de um projeto

alternativo de segurança pública, que priorize a promoção da segurança e da vida do povo negro. A desmilitarização do Estado passa, necessariamente, pela desmilitarização das polícias, mecanismo já apontado pela PEC 51/2013. O Projeto prevê a constituição de um novo modelo de polícia – uma polícia institucionalmente civil, uma carreira única, com integração entre agente, delegado, polícia ostensiva, preventiva e investigativa.

Da mesma forma é preciso refundar os marcos que regem o Direito e Código Penal brasileiro, constituindo uma reforma radical que coloque em prática o princípio da dignidade humana já constituído na Constituição Federal, e a reparação racial como alicerces fundamentais. Também exigimos a revogação da Lei de Políticas sobre Drogas, que em nosso ponto de vista, recuou e ajudou a encarcerar mais jovens desde 2006.

Afirmamos que **ANTIPROIBICIONISMO: NÃO DEBATER É RACISMO! E com tal afirmação nos integramos a Plataforma Brasileira de Política de Drogas!**

Não vamos aceitar a desqualificação do debate de descriminalização das drogas, porque entendemos esta política como um dos eixos estratégicos no enfrentamento ao genocídio e encarceramento em massa do nosso povo.

O Enegrecer continuará nas marchas fúnebres, lembrando nossos mortos, reivindicando que todo preso comum é um preso político, e se somando às centenas de frentes que surgem, oficiais e alternativas, para disputar um projeto de sociedade que estejamos no centro, não como alvo, mas como protagonistas.

Grandes desafios da educação superior no Brasil: permanência, pesquisa, pós-permanência.

O povo sabe o que quer
Mas o povo também quer o que não sabe
O que não sabe, o que não saberia
O que não saboreia porque é só visão

(Gilberto Gil)

A Lei Cotas nas universidades federais (lei nº 12.711/2012), é mais um significativo marco regulatório na implementação de ações afirmativas, tendo um impacto que pode ser observado no aumento de 225% no número de negros, pardos e indígenas de 2012 à 2014 nas universidades brasileiras.

A política de cotas somadas a ações de caráter geral do acesso ao ensino superior como o ENEM, ProUni, FIES, estão mudando o perfil do universitário brasileiro. Embora sejam significativos os avanços nos últimos anos, ainda estamos distantes na consolidação de oportunidades iguais que equiparam negros/as e brancos/as no ensino superior.

As condições de permanência nas universidades e o exercício do pleno desenvolvimento acadêmico a partir do acesso aos projetos de pesquisa e extensão ainda são grandes gargalos para estudantes pobres, negros e cotistas. Para nós, este é o segundo grande desafio - depois de estar vivo – para conseguirmos intervir na matriz da produção de conhecimento, que ainda faz a universidade brasileira funcionar sobre a matriz de um pensamento euro-referenciado, reproduzindo práticas racistas que afastam negros e negras da produção científica.

Acreditamos que só a reserva de vagas e políticas de permanência específicas para pesquisa, extensão e pós-graduação podem garantir o acesso igualitário desses estudantes aos grandes laboratórios e linhas de pesquisas que influenciem substancialmente na mudança das nossas realidades. É na produção de conhecimento que se muda a cultura e a sociedade.

Queremos derrubar os muros físicos e simbólicos das universidades, acabando com os privilégios dos/as doutoras, e conectando saber acadêmico com saber popular, de modo que um não sobreponha o outro.

Algumas universidades como a UnB e a UFRJ hoje já vêm desenvolvendo/adotando políticas de reservas de vagas para negros e indígenas em curso de mestrado e doutorado. A ampliação dessa política é uma significativa resposta para o compromisso de uma universidade socialmente referenciada.

Acreditamos que o Ministério da Educação deve propor reserva de vagas na pós-graduação e construir um pacto nacional para aperfeiçoar o processo de seleção que aparta negros e negras destes espaços. É preciso refazer os caminhos do conhecimento, para que não só a Universidade contribua para os povos indígenas e afro-brasileiros, mas que estes povos, seus conhecimentos e suas cosmovisões, também possam contribuir para repensar a Universidade.

Cooptação: as armadilhas do racismo para a desarticulação da luta racial

Não nós interessamos entrar para a Casa Grande,
nos interessa acabar com a Senzala!

O racismo sempre contou com a estratégia da cooptação de indivíduos dentre os povos oprimidos para ter mais legitimidade na sua tática de opressão, culpabilizando as próprias vítimas pelo sistema opressor. Em muitas situações além de enfrentarmos estruturas racistas, ainda nos cabe ter que provar a existência do racismo. Na escravização colonial, a emblemática figura do capitão do mato ilustra perfeitamente esta estratégia. O capitalismo do século XXI e sua voraz política de consumo desenfreado e competitividade em todos os âmbitos da organização social, aperfeiçoa a cada dia a estratégia de cooptação do povo negro.

Observamos que nem todos os atores políticos negros, estejam no Legislativo, do Executivo, no Judiciário e em outros espaços de poder, têm centralidade na agenda antirracista em suas atuações, tampouco se organizem a partir da orientação do Movimento Negro e, muito menos, mantêm relação orgânica com uma base negra.

Observamos um esvaziamento histórico da agenda negra nestes sujeitos sociais, pois se desresponsabilizam com a pauta coletiva, da sobrevivência e emancipação do povo brasileiro (que é negro, em sua maioria), em troca de privilégios individuais, em busca de um poder alienista, isolado, fisiológico, antirrevolucionário.

Em todo o país, nas eleições municipais de 2012, e estaduais em 2014, observamos um fenômeno relevante para se pensar a questão da cooptação: inúmeros quadros brancos, conservadores e neoliberais, saíram candidatos trazendo homens e mulheres negras como vice. Este mecanismo funcionou como uma espécie de justificativa racial, uma cota puramente estética que não correspondeu em ações políticas.

A nós, não interessa o empoderamento de um, dois ou três negros, servindo de sustentáculo moral para uma hegemonia branca. Temos um lugar de fala, uma ancestralidade, um horizonte estratégico, um projeto de país; e nele, estaremos na linha de frente, protagonistas e sempre dispostos a dialogar e empoderar todos os sujeitos sociais interessados na equidade, na solidariedade e na democracia.

Tudo Nosso Nada Deles: A cultura como ambiente de transformações

Apesar de todos os percalços que passamos na luta contra o racismo, a construção/adaptação/reinvenção diária das nossas expressões joga papel central na disputa por novos diálogos, formas solidárias de vivência, às vezes válvula de escape para nossas angustias, mas sempre um modus transformador de apreender o mundo. A cultura negra, ou melhor, as culturas negras florescem nos/as jovens como um potencial criativo gigantesco, e quando falamos de cultura aqui nos referimos à identidades e formas integrais de vida, tradições e práticas coexistindo e desenvolvendo o antirracismo.

Desde os nossos costumes e identidade bantu vindos de Angola, no qual incorporamos o samba, a capoeira e o trato das pessoas, readaptamos modos de viver resistindo aos ataques à nossa ancestralidade. São nesses costumes/tradições, por exemplo, que organizamos enfrentamentos ao racismo por séculos. Hoje a indústria cultural faz investidas constantes a fim de esvaziar o sentido destas culturas para vendê-las como artigos exóticos, fazendo coro com a política do desconhecimento das nossas matrizes afrodescendentes.

É preciso resgatar nossa história, saber das nossas famílias, reis e rainhas escravizados em um sistema cruel de acumulação primitiva. Ao mesmo tempo é preciso valorizar novas expressões, surgidas a partir da criatividade e resistência, sobretudo da juventude negra. Por isso, nossa expressão mais estratégica, a cultura, tem papel fundamental na reconstituição do tecido social brasileiro.

Valorizar a cultura de rua, os saberes populares, a poesia negra, a estética negra é ter identidade e direito à memória.

Com isso, chamamos todas as juventudes negras para construir junto conosco um grande momento de reunião das expressões culturais de raça, o I Festival Nacional de Cultura e Juventude Negra: tudo nosso, nada deles. Nossa cultura, nossa Identidade, a ser realizado neste ano de 2015.

Somos protagonistas das nossas próprias vidas e lutamos pelo direito de nos expressar sem olhos atravessados !

Referencias Bibliográficas:

- BRASIL. Presidência da República. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2011.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Revista Periferia Volume III, Número 2 – UERJ - Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. André Barros e Marta Peres. <file:///C:/Users/tamara%20terso/Downloads/3953-15156-1-PB.pdf>
- Alexander, Michelle. The New Jim Crow. Universidade de Ohion <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/30858/sem+tempo+para+sonhar+eua+tem+mais+negros+na+prisao+hoje+do+que+escravos+no+seculo+xix.shtml>

- CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- _____ LIMA, Camile Eltz de e WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e, A Configuração da Tipicidade do Tráfico na Nova Lei de Drogas e as Hipóteses de Consumo Compartilhado. Revista Jurídica N° 352 (2007), pp.147-159.
- GOMES, Luiz Flávio Gomes (coord.). Lei de Drogas Comentada: Lei 11.343/06, de 23.08.2006. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BALDI, Cesar. Abrindo caminhos à imaginação jurídica. ALICE. [8 de Janeiro de 2014]. Entrevista disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/news/?p=2985>
- <http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/origem.aspx>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm